

VITALIZANDO DIFERENÇAS: LEGITIMAR PARA INCLUIR

VITALIZING DIFFERENCES: LEGITIMIZING TO INCLUDE

VITALIZANDO DIFERENCIAS: LEGITIMANDO PARA INCLUIR



10.56238/sevened2026.004-034

Juliana Varela Geraldo

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Guarulhos

E-mail: juliana.varela@ifsp.edu.br

RESUMO

Analisando um cenário de opressão às subjetividades destoantes do que está referenciado numa lógica manicomial, patriarcal e racial, histórica e socialmente estabelecidas, as linhas vindouras buscam mapear engrenagens dessa cultura enraizada na exclusão e individualização como modo de dominação biopolítica, assim como, cartografar resistências e engendrar pistas e propostas que germinem brechas e promovam a inclusão, tanto com equidade de acessos, quanto com centralidade referencial e representativa dos que são deslegitimados e marginalizados. Para tanto, elegemos o campo da educação como um dos mais profícuos para arar e semear, apostando no conceito de vitalização da vida, em sua multiplicidade de expressões, ou seja, na apropriação do viver, existir e se relacionar como uma obra prima, em ruptura com as influências e interferências dos veios moralizantes, confeccionando e desvelando potenciais de composição e transversalização de cada singularidade e acontecimento, integrando saberes e culturas e ecologia e subjetividade.

Palavras-chave: Subjetivação. Biopolítica. Vitalizar. Inclusão. Educação.

ABSTRACT

Analyzing a scenario of oppression against subjectivities that deviate from what is referenced in a historically and socially established logic of mental institutions, patriarchal and racial structures, the following lines seek to map the mechanisms of this culture rooted in exclusion and individualization as a mode of biopolitical domination, as well as to map resistances and generate clues and proposals that create openings and promote inclusion, both with equitable access and with referential and representative centrality for those who are delegitimized and marginalized. Therefore, we have chosen the field of education as one of the most fruitful for cultivating and sowing, focusing on the concept of vitalizing life in its multiplicity of expressions; that is, appropriating living, existing, and relating as a masterpiece, breaking with the influences and interferences of moralizing currents, crafting and unveiling potentials for composition and transversalization of each singularity and event, integrating knowledge and cultures, ecology and subjectivity.

Keywords: Subjectivation. Biopolitics. Vitalize. Inclusion. Education.

RESUMEN

Al analizar un escenario de opresión contra subjetividades que se desvían de lo referenciado en una lógica histórica y socialmente establecida de instituciones mentales, estructuras patriarcales y raciales, las siguientes líneas buscan mapear los mecanismos de esta cultura arraigada en la exclusión y la individualización como modo de dominación biopolítica, así como mapear resistencias y generar pistas y propuestas que creen aperturas y promuevan la inclusión, tanto con acceso equitativo como con centralidad referencial y representativa para quienes se ven deslegitimados y marginados. Por lo tanto, hemos elegido el campo de la educación como uno de los más fructíferos para cultivar y sembrar, centrándonos en el concepto de vitalizar la vida en su multiplicidad de expresiones; es decir, apropiándonos del vivir, existir y relacionarnos como una obra maestra, rompiendo con las influencias e interferencias de las corrientes moralizantes, elaborando y desvelando potenciales de composición y transversalización de cada singularidad y acontecimiento, integrando saberes y culturas, ecología y subjetividad.

Palabras clave: Subjetivación. Biopolítica. Vitalizar. Inclusión. Educación.

1 INTRODUÇÃO

Atravessada por inquietações e indagações diante tamanhas desigualdades sociais e econômicas que nos atravessam e constituem por séculos, busquei pontes de compreensão e elaboração – em atos e conceitos - dos engendramentos sociais e políticos que produzem e sustentam tais desigualdades, apropriando-se das diferenças e singularidades como mercadorias.

Referenciada, especialmente, por conceitos foucaultianos e da Filosofia da Diferença, compreendo que há um contexto biopolítico de docilidade do pensamento, no qual se fortalece um certo afrouxamento dos tecidos sociais, produzindo sujeitos ensimesmados, padronizados em modos de legitimidades e marginalizações e relações pautadas em consumo de formas e fórmulas, num sufocante intento de pertencer e se adequar aos padrões social e moralmente referenciados.

Partindo da exclusão como métrica e motor propulsor capitalístico, vislumbrei possíveis escapes no ato de vitalizar as diferenças, ou seja, potencializá-las como referenciais e produzir micro movimentos afetivos, sociais e políticos, em camadas individuais e coletivas, que gerem maior valorização e aceitação das diferenças e, assim, novas estratificações de centralidades e normatividades, para, então, podermos cartografar modos equitativos e, de fato, inclusivos, dos que já fazem parte e já estão incluídos nos sistemas e estruturas, porém, em modos marginalizados e deslegitimados.

Nesse contexto, algumas reflexões sobre a educação especial e sobre as políticas de inclusão se apresentam, além de questões como a diferença entre acesso e inclusão, a patologização da vida e psiquiatrização das subjetividades, atravessadas pelos usos, apropriações distorcidas e seduções neoliberais que se beneficiam com esse panorama de sufocamento e opressão das subjetividades.

Por fim, a escola, apesar dos paradoxos de ser uma instituição mantenedora da cultura capitalística neoliberal, desponta como uma ocupação potente de espaço de produção de rachaduras e resistências à sociabilidade violenta e excludente que vivemos e a educação como um vigoroso campo de abertura para fluxos de composições e transmutações das estratificações vigentes.

2 SUBJETIVAÇÃO E LÓGICA MANICOMIAL

A subjetividade foi um tema bastante abordado por Foucault, que definiu o processo de subjetivação a partir da ideia de que o sujeito humano se faz n

Numa relação permanente com o *fora* de si. O homem como processo nunca finalizado, como vivo, está em constante construção de si mesmo e do mundo ao seu redor. Portanto, uma subjetividade se constitui a todo instante, assim como sua exterioridade, e o sujeito é sempre outro de si mesmo e é, ao mesmo tempo, criador potencial de mundos. A subjetividade não é um dado a priori, uma identidade, mas sim algo da ordem da produção, resultante de um processo complexo, produzida por tecnologias de produção de si mesmo ela é múltipla e plural.

No entanto, ela é fundamentalmente fabricada no registro do social e do tempo, quer dizer, rompendo com a noção unificada de indivíduo; advém dos processos de subjetivação que são alvo dos saberes e poderes históricos e sociais, mas que resistem em afirmação à vida, ou melhor, “toda subjetividade é uma forma, mas essa forma é simultaneamente desfeita por processos de subjetivação; enquanto a forma-sujeito é captada pelos saberes e poderes, a subjetivação é um excesso do corpo pelo qual a subjetividade mantém uma reserva de resistência ou de fuga à captação de sua forma.”¹

A subjetivação não é definida por regras ou valores, mas “é a expressão do que em nós, em nosso núcleo de subjetividade, se relaciona com as coisas, com o mundo, por isso envolve uma relação com o tempo”², delinea-se através das relações, dos encontros dos corpos, já que o corpo é nosso ponto de partida, e é entendido aqui não como substância física e orgânica, e sim como ‘o algo’ que se constitui dos encontros e relações com ‘as coisas’ – pessoas, animais, ideias, situações, símbolos, etc.

Por isso, a ética dos processos de subjetivação encontra-se na criação de modos de vida e é composta não só do casual e imprevisto, mas da conquista de um ‘governo de si’, que alimenta o próprio processo. Portanto, a subjetivação compõe modos de viver, realizando-se no encontro de corpos e no preparo para estes encontros, esperados ou não.

Deparamo-nos, então, com um vital paradoxo, visto que a subjetivação produz heterogeneidades, multiplicidade e diferenciação, mas também é alvo constante de saberes e poderes que vêm nos constituindo ao longo do tempo e práticas, e que investem nos corpos a fim de normalizá-los, torná-los dóceis.

Utilizando-nos do conceito de sociedade disciplinar, introduzido por Foucault³, podemos destacar que as instituições - espaços disciplinares - nos moldam, confinam, ditam as regras e valores, criando, portanto, modos de viver. E não que a disciplina tenha em si um aspecto negativo, mas o normalizar e a ‘disciplinarização’, estreitam o corpo e suas possibilidades ao mesmo tempo que o reconstroem, ou seja, o corpo é constituído e compreendido a partir dos saberes e poderes que ele mesmo reproduz.

Neste adestramento dos corpos, dos modos de viver, das subjetivações, podemos perceber o quanto o poder é tecnológico, ele desterritorializa – transforma com produção de mudança intensiva - e recodifica – normativa, criando contornos fixos - com forças repressoras de normalização, fazendo do corpo-homem máquina em prol de seus interesses.

Com a difusão dos saberes e poderes pelos e nos próprios corpos, opera-se um controle- visibilidade que fortalece a individualização, atuando sobre todos, a todo o momento. Percebemos,

¹ CARDOSO JR., H. R. Pra que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. Revista Psicologia Reflexão e Crítica. [online]. 2005, v. 18, n. 3, p. 344

² Ibidem, p.345

³ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*; Petrópolis: Vozes, 2003

então, o advento da sociedade de controle, que invade o espaço de comunicação instantânea, no qual os fluxos são modulados de forma a fazer coincidir uma liberdade individual.

A biopolítica é massificante, disciplina o homem-corpo, enquanto exerce um biopoder da espécie humana, um poder sobre a vida, sobre o homem-espécie. Ou seja, a disciplina e o controle coexistem, exercendo um poder contínuo e científico sobre o homem enquanto ser vivo, um poder de ‘fazer viver’, de ‘deixar viver’ e de “(...)considerar o indivíduo mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação.”⁴

Nesse quadro biopolítico, tecnologia do Capitalismo, há uma grande rotatividade do trabalho imaterial, do que costumamos chamar de ‘subjetivo’, que é aquele que produz coisas imateriais, como imagens, informações, signos, e mobiliza requisitos imateriais de quem os produz e de quem os consome: inteligência, percepção, sensibilidade, afetividade, etc. Então, esses fluxos do imaterial exigem a subjetividade para serem produzidos e afetam a quem consome de forma a padronizar.

Portanto, a subjetividade está nas duas pontas do processo: na produção e no consumo, e mais que isso, tornou-se o próprio capital, pois quando os fluxos imateriais influenciam nossa subjetividade, estão afetando nossas formas de perceber, pensar, sentir e desejar...nossas formas de viver. Dessa forma, a própria vida se constitui num capital, pois as formas de viver tornaram-se objeto de interesse e investimento do capital, passando a ser fontes de valor e máquinas produtoras de mais valor.

E se a vida é tomada por objeto, o poder incide sobre ela encarregando-se de geri-la e administrá-la, visto que o biopoder se interessa pelas condições de produção e reprodução da população enquanto espécie, enquanto multidão homogeneizada, massa a ser treinada. O poder se dá não pela força, mas pela ‘docilidade’, pela ‘sujeição’ dos corpos.

Sendo assim, a subjetividade passa a ser um capital biopolítico, de que cada um dispõe, cada qual com sua maneira singular e única, com o que lhe pertence ou lhe foi dado para inventar-se, e isso serve para todos, ‘marginalizados’ ou não.

Este controle do social associa-se a técnicas de promoção e preservação de um tipo de sociedade e deste modo de subjetivação que autoriza a existência de tecnologias de extermínio dirigidas aos outros. Trata-se de um paradoxo no qual muito se valoriza a vida e se produz discursos de promoção da vida, enquanto o número de mortes é atemorizador e novas formas de violência e tortura veladas são postas em circuito.

Neste contexto, podemos perceber que a loucura, a marginalização e ‘anormalidade’ são produções históricas e sociais, efeitos dos saberes e poderes que instauram padrões e subjetivações. Analisando a história dos últimos séculos poderemos averiguar que a loucura passou por diferentes

⁴ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.294

‘significações’ e conceituações, usufruindo de status e tratamentos diversos, já que cada época se organiza de uma forma, com métodos e saberes próprios.

“(…) foi no século XV que se viu abrirem-se na Espanha inicialmente, depois na Itália, os primeiros estabelecimentos reservados aos loucos. São aí submetidos a um tratamento, sem dúvida, em grande parte inspirado na medicina árabe. A loucura é no essencial experimentada em estado livre, ou seja, ela circula, faz parte do cenário e da linguagem comuns, é para cada um uma experiência cotidiana que se procura mais exaltar do que dominar. Há na França, no começo do século XVII, loucos célebres com os quais o público, e o público culto, gosta de se divertir. (...) Nos meados do século XVII, brusca mudança; o mundo da loucura vai tornar-se o mundo da exclusão. Criam-se (e isto em toda a Europa) estabelecimentos para internação que não são simplesmente destinados a receber os loucos, mas toda uma série de indivíduos bastante diferentes uns dos outros, pelo menos segundo nossos critérios de percepção: encerram-se os inválidos pobres, os velhos na miséria, os mendigos, os desempregados opiniáticos, os portadores de doenças venéreas, libertinos de toda espécie, (...) em resumo todos aqueles que, em relação à ordem da razão, da moral e da sociedade, dão mostras de “alteração”.” (FOUCAULT, 1994, p. 78)

Os hospitais que são abertos para todos esses ‘*marginalizados*’ não preveem tratamentos médicos, funcionam mesmo como internatos, e estabelece-se assim, um parentesco entre a loucura e as culpas morais e sociais. No entanto, já em meados do século XVIII, a partir de transformações políticas e sociais, estes internatos começam a ser reservados somente para os loucos e incorporam um caráter médico: “(...) a cura significará reinculcar-lhe (ao louco) os sentimentos de dependência, humildade, culpa, reconhecimento que são a armadura moral da vida familiar. Utilizar-se-ão para consegui-lo meios tais como as ameaças, castigos, privações alimentares, humilhações, em resumo, tudo o que poderá ao mesmo tempo infantilizar e culpabilizar o louco.”⁵

Atualmente, com o saber científico e tecnológico moderno, a loucura é compreendida como doença, algo que deve ser tratado, curado, contido, mensurado no grau de incompatibilidade com a normalidade – o que está na norma: produzir muito, empreender, suportar sobrecargas, anestesiando afetos.

Cria-se, então, uma atmosfera de medo e distanciamento dessas subjetivações desviantes, que são lançadas ao confinamento, a uma subvida, ou, mais recentemente, com a apropriação das produções imateriais pelo capital, tornam-se força produtiva de uma arte e de uma existência que é comercializada e veiculada com um certo ‘*modismo*’ que infantiliza, sente dó; uma aceitação que suporta esta diferença em prol de uma moral e bons costumes.

Nesta direção, quero aproximar a experiência da loucura à da deficiência e neurodivergência, pois a história e biopolítica já o fizeram, esta aproximação está dada na lógica manicomial, muito atravessada por valores moralistas e religiosos cristãos, que vai ditando quais subjetividades e modos de ser devem ser trancafiados em alas psiquiátricas ou comunidades terapêuticas, quais serão dopadas

⁵ FOUCAULT, M. *Doença Mental e Psicologia*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, p.82

e acamadas ou somente controladas a base de medicação psiquiátrica, quais servirão de marketing de aceitação e inclusão.

A lógica manicomial vai balizando o que serve à autoafirmação de normalidade social e moral, à aceitação ou não de comportamentos divergentes e as formas e intensidades com que serão compreendidos comportamentos e expressões. E esta lógica está introjetada e imbricada na constituição de cada subjetividade, afinal, tem nos atravessado há séculos, enquanto cultura e sociedade, foi e é um modo de dominação.

A subjetivação marcada pela lógica manicomial deixa marcas profundas no modo da pessoa se ver -ou não, se aceitar -ou não, se expressar -ou não, se permitir -ou não, nos modos de viver -ou não! Está presente nas relações de trabalho, nas interações sociais, familiares e afetivas, em nível individual e coletivo, no modo de estruturação e de organização social.

3 INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

Convencionou-se chamar e conceituar como inclusão determinadas estratégias educacionais e pedagógicas, assim como um conjunto de leis e normativas que buscam promover e garantir oportunidades de acesso, cuidado e pertencimento, de maneira positiva e integrativa, às crianças e pessoas com alguma deficiência ou transtorno. Bem, particularmente, essa terminologia e conceituação me soam errôneos, visto que essas pessoas já fazem parte e desde sempre, portanto, não é cabível incluir o que e quem já faz parte e compõe junto.

Pessoas com alguma deficiência ou transtorno são cidadãs e têm direito à educação, à saúde e todo aparato social como qualquer outra, ou assim deveria ser. Então, acredito que deveríamos pensar e discutir quais as melhores formas de garantir e expandir os acessos, instrumentos, práticas e tecnologias de potencialização das especificidades e modos de interrelacionar aprendizagens e sociabilidades para essas pessoas, e, para todos.

Não diminuindo a luta por inclusão e muito menos desconsiderando todo o histórico de tentativas de apagamento e exclusão desse *'público de inclusão'*, que tem um caminho imbricado ao da loucura e lógica manicomial, de trancafiamento e deslegitimação de toda subjetividade não correspondente aos padrões socialmente vigentes, que conferia aos que destoassem um certo não lugar de selvagem, no entanto, junto ao modo atual neoliberal, em que toda luta é cooptada como vetor mercadológico e todo identitarismo é um nicho consumidor em potencial, parece-me que para sair da marginalização, as forças de enfrentamento por lugar e reconhecimento, em algumas instâncias ou modos, tem recaído numa certa aceitação por um sublugar, com concessão de alguns direitos e legitimações, mas sem que se vá a fundo na discussão - e desconstrução -, e se desvele o que tem sustentado, atualizado e reproduzido a exclusão.

Por quais práticas, políticas e modos de viver e inter-relacionamentos estamos praticando reiteradamente as exclusões? Melhorar acessos, conceder o que pode parecer ser alguns privilégios ou facilidades para quem está acostumado a negligência e escassez e diminuir ou mascarar de forma mais sutil ou mais simpática modos de exclusão não é, de fato, inclusão.

Compreendo que a exclusão tem operado como uma organização social, como uma cultura de padronização, em que alguns modos são instituídos como normativos, ou seja, normais e naturais, e outros arremessados às margens. Visualizando como uma parábola matemática e estatística, a dita normalidade estaria no meio, como o miolo da parábola, a maioria, e nas extremidades estão o que seria a exceção da normalidade, as minorias. Na perspectiva política/social a maioria normativa da parábola não diz respeito a uma maioria numérica, mas sim uma maioria constituída, social e moralmente, como referencial, como um *modus* de ser e estar, em detrimento de existências contra-normatividade, as indesejáveis, as que não se encaixam, não pertencem ao referencial instituído.

E aí o contexto de exclusão e indesejabilidade de alguns corpos e subjetividades, infelizmente, é muito mais amplo do que a neurodiversidade e deficiências, baseia-se ainda na invasão-dominância-colonização e em seus efeitos nesse desenho de cisheteronormatividade branca, rica e misógina como referencial.

Ao falar em exclusão é preciso trazer a perspectiva interseccional de negros, pobres, mulheres, indígenas, muçulmanos, loucos...os que não cabem na normatização do miolo da parábola e são excluídos no sentido social, moral, econômico e cultural.

E aqui emerge um desafio, se as práticas de exclusão e a ânsia por pertencimento e reconhecimento das legitimidades são culturais e históricas, atravessando e afetando subjetividades, corpos e grupos tão intensamente em suas constituições, como esses embates podem se engendrar em outras lógicas e modulações que não seja a reprodução de buscar e brigar por espaços de pertencimento tal qual os normativamente incluídos, ou seja, romper com a lógica de dominância-exclusão-violência para poder acessar algum lugar de afirmação de sua existência e legitimidades, interromper o vetor político de dominação e exclusão, que rebaixa e compete entre diversidades e merecimentos.

4 DIFERENÇA ENTRE ACESSO E INCLUSÃO: PATOLOGIZAÇÃO DA VIDA

Também é preciso destacar que existe uma diferença entre o que é acesso e o que seria inclusão. Não podemos negar a importância e necessidade de um esforço coletivo e em várias instâncias e camadas para produzirmos espaços e estratégias que tornem as escolas, os espaços educacionais, sociais e econômicos mais acessíveis, tanto no sentido de políticas afirmativas, quanto de recursos e tecnologias assistivas. E nem deveríamos pensar na acessibilidade física, que já deveria ser um aspecto superado, dado o caráter pragmático de colocá-la em prática, promovendo segurança e autonomia na

eliminação de barreiras e em adaptações como rampas, pisos táteis e sinalizações em relevo para pessoas com deficiências e mobilidade reduzida.

Já que como cidadãos todos possuem os mesmos direitos, acesso seria o mínimo a ser viabilizado, é condição de ingresso e usufruto de serviços e espaços, o que está previsto em termos de legislação e impostos: acesso à educação, à saúde, lazer, cultura, aos benefícios sociais e etc.

E as políticas e estratégias de acesso vem desenvolvendo-se muito nas últimas décadas, atualmente temos uma legislação e norteadores melhor delimitados para compreendermos as deficiências, suas gradações, potenciais e limitações, a neurodivergência enquanto espectro está melhor estabelecida e com maior circulação de informação para ser notada por familiares e diagnosticada por profissionais, há mais campanhas de combate aos preconceitos e de incentivo a representatividade positiva, programas de inserção no mercado de trabalho e benefícios econômicos às famílias, há mais programas e cursos de formação em educação especial e para atendimento educacional especializado, no entanto, estamos léguas distantes do que seria promover inclusão, de fato, com pertencimento e equidade de modos e expressões.

Os desafios ainda são profundos, começando pela questão do diagnóstico, pois geralmente só há um olhar mais atento para responder as necessidades da pessoa se ela apresentar um laudo/diagnóstico, em que ainda se luta para que venha numa perspectiva multidisciplinar e não só no modelo biomédico. Então se constitui toda uma lógica de patologização e psiquiatrização da vida, de menosprezo e catalogação da diferença como algo patológico, que recaí num limbo entre repulsa, dó e vitimização. Um certo modo à parte, distinto, estranho, ao qual se concede espaços, cantos, mas não centralidades.

Há uma desvitalização das subjetividades não normativas, que podem conseguir certa permissão de coexistência e permanência se receberem diagnóstico, tratamento e laudo, podendo até ser inseridas nos espaços, muito mais como afirmação da bondade dos *dominantes* do que uma organização de partilha e composição dos espaços entre iguais. Alguns acessos podem ser permitidos, mas as subjetividades permanecem excluídas do padrão normativo e as experiências nos espaços-territórios relacionais permanecem postas de modo a lembrar disso. Também pode ocorrer dessas subjetividades serem exaltadas como produto/imagem a ser vendida, capitalizada à serviço da política neoliberal, mas não de fato incluídas como centralidades e normalidades, mas diferença exposta na vitrine.

E num regime de biopoder capitalístico neoliberal em que as subjetividades se constituem já engendradas nos jogos de poder e pertencimento, o diagnóstico, muitas vezes, vira quase um fetiche, uma moda, um *'marketing da diferença'* e, assim, uma chave de acesso, um modo de fazer parte e até de alcançar algum destaque, de colocar na rede social como algo diferencial, como algo que deve

atribuir valor, ou mesmo ressignificar toda a vida a partir de um diagnóstico como se só ele inserisse sentidos a essa vida percorrida.

Nessa perspectiva de patologização da vida, o diagnóstico se torna um certo lugar de aparente salvação ao preconceito, apaziguamento da discriminação social, um certo alívio da culpabilização pessoal pelo sentimento de não pertencimento, de não se encaixar. O quanto uma vida de experiências de exclusões e violências pode parecer estar recebendo uma certa redenção ao receber um diagnóstico, um porque, algum modo de explicação para ser quem se é, como se não bastasse simplesmente ser quem é.

O diagnóstico acaba tendo um certo status de revitalização social e política, o que permite estar em algum lugar social, em algum nível de pertencimento, de um modo socialmente aceito, mesmo que estereotipado, um tanto marginalizado e mesmo que não seja o modo vital ao sujeito do diagnóstico.

5 VITALIZAR AS DIFERENÇAS

Socialmente o conceito de revitalização parte de uma ideia de readaptar, reformular a um padrão, a uma certa estética considerada conveniente e hegemonicamente aceita, no entanto, exclui e ignora que o objeto de revitalização – comumente empregado a espaços arquitetônicos, mas aqui expando o conceito no intuito de trazer uma outra visibilidade metafórica a essa dinâmica de regulação de normatizações e hierarquizações dos modos de ser, estar e viver – nunca sucumbiu, de fato, nunca esteve morto ou desvitalizado para que precisasse ser vitalizado novamente. A vitalidade estava em diferentes expressões e modos, divergentes dos padrões hegemonicamente estabelecidos e naturalizados, portanto referenciados, mas, ainda vivos, sobreviventes, tão vitais e pulsantes como tantos outros modos.

Portanto, creio que algumas estratégias e intervenções que promovam desestabilizações e desnaturalizações, em micro espaços e interações, sejam importantes, tanto quanto construir novas zonas de estabilizações experienciais e conceituais, em que as diferenças em situação de exclusão sejam referenciadas em padrões de legitimação.

Essa aposta num movimento de promoção de estratégias de potencialização de subjetividades em condição de desigualdade foi se consolidando nos encontros com as experiências pessoais, profissionais e, especialmente, advindas de escuta ativa de profissionais da educação, em diversos níveis de ensino, todos do Estado de SP, desvelando construções possíveis e potentes, nas unidades miméticas e significativas, seja com crianças com deficiências ou transtornos, em situação de imigração ou de condições geográficas, culturais, sociais e econômicas estigmatizadas como *'faltantes'*, privadas do que seria essencial, portanto, em desvantagem do que está estabelecido hegemonicamente como padrão e normatização.

Aqui gostaria de abrir um parênteses, sobre uma reflexão que se apresentou a mim e que acredito deva seguir em paralelo como um lembrete a todos que guardam alguma afinidade aos ideais progressistas, o quanto esse desejo pelas transformações sociais que promovam espaços de diminuição das desigualdades e de brechas para perspectivas inclusivas, imbuído de paixões revolucionárias, pode, facilmente, recair e/ou corroborar em práticas compensatórias, mesmo que não seja o intento, mas nesse movimento de que nossos regimes e sistemas de sentidos e verdades se constituem em camadas e tecidos de estratificações de poder, permeados, individual e coletivamente, por classificações, dicotomias e representações culturais que sustentam e reproduzem a produção de exclusões.

E não se constituiria num caminho e numa perspectiva, de fato inclusiva, se resultar na produção de uma reclassificação de dicotomias e julgamentos, que somente alteram os lados de ocupação na equação.

Sendo assim, compreendo que os modos de agir e sentir são diversos, tanto quanto a apreensão de valores e costumes, de interação com jogos e brincadeiras e das formas de experienciar e se afetar pelos atravessamentos, resultando em diferentes padrões, modos e modelos, possibilitando a construção de zonas de estabilização de diferentes expressões culturais, legitimando expressões e linguagens destoantes do que está hegemonicamente consolidado, convocando, para além de modelos estruturados e fixados, também a espontaneidade, criatividade e prontidão imersa no presente dos acontecimentos.

Vitalizar, configura-se em valorizar as diferenças, e não só a diversidade em forma de novas grupalidades, promover espaços de expressão e destaque que legitimem diferenças, acolhendo os modos dessas subjetivações se constituírem em suas experiências, buscando a construção de sociabilidades menos excludentes, binárias e duras, que acabam por favorecer contextos de dificuldades de aprendizagem, sentimentos de não pertencimento e de fracasso e adoecimentos em saúde mental.

Vale ressaltar, que a compreensão aqui presente de subjetividades marginalizadas e excluídas não se restringe ao que se convencionou chamar em público alvo da educação especial, não se trata de deficiências e transtornos, mas de busca por acolhimento às subjetividades que destoam a hegemonias impostas e que se percebem, de alguma forma, em desvantagem ao coletivo que integram e permeiam, num sentido análogo ao conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo necessidades sociais, econômicas e culturais, almejando, em ressonância ao que está preconizado no PNE – Lei nº 10.172/2001⁶: “...a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.”

⁶Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

Pressupondo as diferenças como constructos naturais a condição humana, inclusive em nosso corpo biológico e suas interações bioquímicas, assim como na diversidade de experiências e sentidos constitutivos que nos atravessam, entendo que as desigualdades são resultantes de estruturas e modos de operar poder, designar padrões e naturalizar exclusões.

Por isso, é de suma importância a atuação minuciosa e atenta a cada caso e indivíduo que esteja em condições de desvantagens pessoais, diante da hegemonização social, neurobiológica, política e cultural, buscando mitigar essas desvantagens e compreendendo, a cada caso, as necessidades, sentidos e potencialidades experienciadas, mas também é imprescindível colocar em cena o debate sobre a redistribuição de poderes, analisar as dimensões estruturais, institucionais e simbólicas imbricadas nas relações de poder que estabelecem e são estabelecidas pela produção da desigualdade, de opressões a diferenças.

Para tanto, acredito na promoção de espaços-experiências de vitalização de diferenças/subjetividades marginalizadas e excluídas, mas não só, também na busca por espaços institucionais escolares e espaços públicos para lançar mão de estratégias e intervenções que busquem produzir rachaduras e, quiçá, brechas nas naturalizações de padrões, nos conceitos e classificações hegemônicos, propondo, num primeiro momento, vivências e reflexões compartilhadas, buscando pontos de aproximação, de similaridades, de interseccionalidades. Possibilitando, também, desde espaços destinados à infância, inserções e experiências de posição de centralidade referencial e de composição às subjetividades que se encontram estigmatizadas, social e culturalmente, como marginalizadas e deslegitimadas.

Alguns meios e estratégias que poderiam ser propostos como intermédios, seriam:

- (a) a contação de histórias, em que os protagonistas trariam a representatividade de subjetividades que se encontram socialmente marginalizadas, mas que nas histórias apresentariam a valorização de suas histórias e perspectivas de realização, junto a valores como colaboração e coletividade, empatia e respeito;
- (b) a narração de histórias pelas crianças e adolescentes num processo de acompanhamento e valorização de suas experiências e características pessoais, familiares e culturais, incitando protagonismo e autoaceitação;
- (c) como esquetes de teatro, produção de *podcasts* e/ou *videocasts* com a construção e invenção de valores, referências, histórias e sentidos de valorização e legitimação das experiências e
- (d) organizar espaços de teatro participativo, como o teatro do oprimido⁷, possibilitando intervenções e modulações de possibilidades diversas nas situações mais cotidianas.

⁷Metodologia teatral e social criada pelo diretor de teatro Augusto Boal na década de 1970. “O Teatro do Oprimido é um teatro participativo que fomenta formas de interação democráticas e cooperativas entre os participantes. É um “teatro ensaio” praticado por ‘espect-atores’ (não espectadores), que têm a oportunidade tanto de atuar quanto de observar processos de diálogo e pensamento crítico empoderadores. No Teatro do Oprimido, o ato teatral é vivenciado como uma

Enfim, propiciar espaços de expressões e formulações, permitir que a vida orgânica e pulsante, repleta de devires, flua em arte e sentidos terapêuticos regenerativos e nutritivos que nos constituem a todos e que florescem, e se fortalecem, na coletividade.

Quanto às escolas, compreendo que há um certo apelo pelo resgate de outros sentidos da educação e da partilha de conhecimentos e da escuta. Uma súplica também por valorização e legitimação de sentidos pessoais que levaram professores, diretores e demais atores educacionais até o contexto escolar. Dar espaço a outras práticas e culturas sobre o educar, promover reflexões sobre a construção desse modelo escolar que corresponde ao modelo social-cultural-econômico vigente e que não demonstra ser um modelo de sucesso ao resultar em fracassos, exclusões e configurações sociais-relacionais tais como a que presenciamos, em índices e em fenômenos interacionais sociais. Valorizar a escola e os atores e atos educacionais, buscando rupturas dessa estrutura institucional com as estruturas e modos hegemônicos sociais e políticos em vigor.

Ao meu ver, os movimentos de defesa das diferenças e da diversidade e de resistência contra os padrões hegemonicamente institucionalizados e naturalizados vem suscitando uma espécie de ameaça subjetiva e de estrutura política-cultural-econômica, promovendo uma estrutura violenta e agigantada de modos de opressão e exclusão, resta percorrer, nesses engendramentos, em espaços de *'chão da sala de aula'* e também nos de reuniões de equipe, de coordenações e direções, pontos de composição, quase que num esforço – como vemos nomeado na saúde – por uma política de humanização das práticas, espaços e políticas educacionais.

A conscientização por meio da educação é indispensável para superar esses contextos todos, mas ela ainda atua na superfície desses engendramentos, pois não é mera falta de informação ou consciência, o que sustenta esses patamares de (não) pertencimento, mas uma indústria de competições e consumos que necessita de sujeitos faltosos, carentes de aprovação e pertencimento, de subjetividades tristes e até desesperadas, consumidoras vorazes e inquietas.

A educação e as escolas, por se constituírem nessa cartografia, reflete as contrariedades desse sistema e suas mazelas, mas são um dos pontos potentes de resistência e transformação dessa configuração, uma vez que a educação representa e traz em si mesma as travessias, conhecimentos e mesmo que numa luta de forças, às vezes desumana, agrega em seus espaços diversidades e singularidades que em encontro produzem muita potência.

intervenção consciente, como um ensaio para uma ação social baseada na análise coletiva de problemas comuns.” Citação disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/hidv1-collections/itemlist/category/393-boal.html>

“A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.”⁸

Interessante destacar a noção de que educação está numa dimensão muito mais ampla do que a escola em si pode representar, já que acontece num gerúndio de múltiplos espaços e intercruzamentos de processos culturais e relações.

Nesse contexto, se torna imprescindível analisar os impactos de um Estado capitalista e da política neoliberal sobre a Educação, adentrar em reflexões e conhecimentos sobre todo o engendramento que vem se operando no processo histórico da constituição da instituição escola, que, desde a origem, responde a interesses e a manutenção de jogos e posições de poder de certas elites em detrimento da população em geral; o processo de universalização da escola e de resposta às demandas sociais que levaram a esse processo, já veio numa lógica capitalista de manter controles e distinções entre classes, reforçando morais religiosas e sociais produtoras de padrões e docilizações das mentes e corpos.

A escola surge como mais uma estratégia de atenuar tensões sociais e de consolidar a burguesia, ou atualmente, uma certa classe média, mas sem, de fato, apresentar condições reais de alcançar uma universalização de acessos e oportunidades.

Salta uma constatação que há por detrás da instituição escola um projeto fadado ao seu próprio fracasso, pois desde sua origem carrega a função de manter as condições e distinções sociais bem delimitadas, obstruindo transformações sociais mais significativas. Também cabe a essa instituição sustentar e prolongar as vulnerabilidades e violências que esse sistema neoliberal produz na educação, saúde, em escolas, ruas, hospitais, comunidades terapêuticas, famílias, enfim...nessa sociedade e cultura, nesse tempo. Promovendo chacinas e genocídios, recompensando a alienação e dependências, pura desconexão, produzindo a extrema pobreza e degradação - dos corpos e das almas – para tornar podres de ricos alguns empresários e indústrias, coronéis e torturadores, dessa vida legitimada em ‘likes’ e instantes captados e eternizados em espelhos de vazios padronizados e tão almejados.

Aqui retomo a ideia de vitalizar, de olharmos para os modos de ser que são geralmente excluídos, abandonados e diminuídos socialmente para buscarmos perceber e apreender o quanto e como são potentes, o quanto podem ser também centrais e referenciais para modos e relações, assim como qualquer outro modo, pois são vivos e pertencentes, vitais em suas diferenças e peculiaridades e produzidos no bojo dessa sociedade e cultura, tanto quanto qualquer outro modo.

⁸ Ministério da Educação - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

Para tanto impõe-se um desafio, como pensar ações ou disposições de vitalizar que possam se dar em macro espaços ou políticas, visto estarmos num sistema biopolítico que coopta toda linha de transversalidade e usurpa dela usos e funções? Até que ponto buscarmos brechas, linhas de fuga e parcerias quase clandestinas é o suficiente para escapar de algumas disciplinarizações e produzir afirmações e aceitações da diversidade da vida em seus múltiplos modos de expressão e sem recairmos numa mercantilização dessa diversidade?

Acredito que há pistas e inspirações nas abordagens e ideologias que integram ecologia, sociedade e subjetividade, propondo e convocando para renovações nas relações entre o ser humano, natureza e sociedade.

(Re)aprender de outros modos o que seria integrar, transversalizar conhecimentos, perceptos e sentidos, encontrar o que está nos *'entres'* porque pode nos parecer que o foco deve estar nas diferenças, mas talvez devesse estar nas semelhanças, no que pode ser partilhado, no que une e também nas composições possíveis, para assim incitar revoluções molares e moleculares para outra ordem social, a partir da vontade de criar, de viver, onde algo pode transbordar em mudanças, metamorfosear e rejeitar os sistemas já estratificados e hierarquizados que tem nos massacrado e drenado.

REFERÊNCIAS

CARDOSO JR., H.R. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L. & VEIGA-NETO, A. (ORG.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2005.

CARVALHO, A. F. de, *Neoliberalismo e governamentalidade de crises no pós-fascismo: que pode a educação?* Revista Praxis & Saber: Maestría en Educación, v. 14, p. 1–17, 2023.

DELEUZE, G. *Conversações (1972-1990)*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 8ª edição. Editora Paz e Terra, 2014.

FREITAS, M. C. de, Desempenho e adaptação da criança pobre à escola: o padrão de pesquisa do CRPE-SP. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 3, São Paulo, p. 683-698, 2014.

FREITAS, M. C. de, Diversidades culturais, deficiências e inclusão: a potência curricular da educação infantil In *Dossiê: Educação Infantil e currículo(s): culturas, docência e formação em debate*. Revista Debates em Educação. v. 13 n. 33. Alagoas, 2021.

hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade [Teaching to Transgress]*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO AUGUSTO BOAL, *Augusto Boal e o Teatro do Oprimido*. Disponível em: <https://acervoaugustoboal.com.br/>

PNE - Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

SEESP - Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. *Súmula: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Caderno Cedes, Campinas, vol. 28, n.75, p.269-273, maio/ago., 2008

SILVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; LUZ, Mônica Abud Perez de Cerqueira (orgs.). *Educação para inclusão: gênero, etnia e justiça social*. 1. ed. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2021.